

## **PEDAGOGIA QUEER NA CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA**

### **QUEER PEDAGOGY IN THE CONSTRUCTION OF A DEMOCRATIC EDUCATION**

Mirele Moran<sup>1</sup>  
Renato Duro Dias<sup>2</sup>

#### **RESUMO**

Ao contrário do que ocorre, a escola deveria ser um local de troca de ideias e fortalecimento dos direitos humanos, onde todos os tipos de sujeitos, independente de suas características, deveriam poder falar, refletir, interagir e enriquecer o seu desenvolvimento como ser humano e cidadão.

A teoria quer tem influenciado estudiosos do campo da educação a pensar estratégias pedagógicas que não reproduzam a cultura heterossexista, ou seja, que não diminuam ou excluam comportamentos e identidades que não sejam heterossexuais.

Deste modo, tendo em vista as inúmeras diferenças e a forma como a sociedade atual lida com elas, como desconstruir o modelo educacional segregador que vivenciamos e restabelecê-lo com base nas diferenças?

O presente trabalho, através de uma pesquisa bibliográfica com base em autores que estudam teoria queer e educação, se propõe a refletir sobre estas questões e busca encontrar um caminho possível para amenizar o modelo educacional que hoje desune a sociedade e vislumbrando uma via unificadora que fortaleça a democracia e proteja os direitos humanos de forma irrestrita.

**Palavras Chave:** educação; construção; cultura.

<sup>1</sup> Técnica-Administrativa em Educação na Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Possui graduação em Direito (2013) e graduação em Geografia Licenciatura (2009), ambas pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Possui Especialização em Direito Constitucional pelo Instituto Pedagógico de Minas Gerais (IPEMIG/2021). Atualmente é mestranda do curso de Direito e Justiça Social.

<sup>2</sup> Vice-Reitor da Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Professor da Faculdade de Direito, Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito - Mestrado em Direito e Justiça Social (FURG) e Professor Colaborador no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental (PPGEA FURG). Doutor em Educação (UFPeI) com período na Universidade de Lisboa, Portugal, realizado como Bolsista do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE-CAPEIS). Membro do Banco de Avaliadores do INEP/MEC.

## ABSTRACT

Contrary to what happens, the school should be a place for exchanging ideas and strengthening human rights, where all types of subjects, regardless of their characteristics, should be able to speak, reflect, interact and enrich their development as human beings and citizen.

The theory has influenced scholars in the field of education to think of pedagogical strategies that do not reproduce the heterosexist culture, that is, that do not reduce or exclude behaviors and identities that are not heterosexual.

Thus, in view of the countless differences and the way in which society deals with them today, how can we deconstruct the segregated educational model that we experience and reestablish it based on differences?

The present work, through a bibliographical research based on authors who study queer theory and education, proposes to reflect on these issues and seeks to find a possible way to soften the educational model that today divides society and envisioning a unifying path that strengthens democracy and protect human rights unrestrictedly.

**Keywords:** education; construction; culture.

## 1 INTRODUÇÃO

Pensar em igualdade social e democracia pode levar ao seguinte questionamento: Somos diferentes? Queremos ser diferentes? Queremos ser iguais? Para que haja justiça é necessário igualar todos os sujeitos? São muitas as perguntas que podem surgir a partir destas reflexões. Para tentar buscar algumas respostas partimos do princípio de que os humanos são naturalmente diferentes: tonalidades de pele, tipos de cabelos, modos de se locomover, maneiras de falar, timbres de voz, dentre tantas outras características que são carregadas pela nossa genética. Além das questões biológicas, temos ainda uma série de diferenças que são

culturalmente construídas e refletem o meio em que crescemos e as normas que nos foram inculcadas ao longo da nossa construção social.

É perceptível que a humanidade não é nem nunca foi homogênea e uniforme, pelo contrário, a riqueza da sua evolução está fundamentada justamente pelo encontro dos diferentes e pelas misturas culturais e genéticas, mas apesar da diferença ser uma das características em que a humanidade está assentada, não são todas as características humanas que são aceitas na sociedade que foi construída.

Historicamente algumas características são desvalorizadas e menosprezadas socialmente e, não sendo consideradas dignas de respeito e cuidado. Nos últimos séculos, por exemplo, a sociedade se consolidou de forma a valorizar principalmente características masculinas e héterossexuais e todo e qualquer atributo humano que não esteja enquadrado nestas características é colocado à margem da sociedade.

O espaço escolar reflete as características da sociedade em que ele se encontra, deste modo, sendo ele formado pelos mais diferentes tipos de sujeitos, é neste local que todas as características humanas, sejam elas quais forem, se encontram. Assim, a escola reproduz todos os tipos de exclusões e segregações que são vistos em outros espaços sociais, assim, nem todos os atributos são bem-vindos neste ambiente e algumas particularidades são exaltadas e fortalecidas enquanto outras se ocultam por não encontrar espaço. Na prática o que acontece é que muitos estudantes são colocados à margem e, por serem considerados diferentes, não são ouvidos, não conseguem fortalecer relações nem participar da construção deste espaço tão importante socialmente na formação da cidadania e dos valores democráticos de nossa sociedade.

## **2 GENERIFICAÇÃO DOS CORPOS NO ESPAÇO ESCOLAR**

A sexualidade e suas derivações são utilizadas na sociedade como uma forma de dividir e compartimentar os sujeitos. Deste modo, é possível estabelecer quem é mais, quem merece ser respeitado ou quem pode morrer, por exemplo. Esta organização tem como base a visão binária como homens representando o masculino e mulheres representando o feminino e se estende por todos os aspectos sociais envolvendo desde as cores que cada um pode usar até como devem se comportar em determinadas situações.

Dentro deste entendimento FOUCAULT (2017) manifesta que esta organização da sociedade com base na sexualidade passou a existir quando o sexo se revestiu de um propósito social e condutas vinculadas a instintos humanos passaram a ser desprezadas. É justamente a partir deste silenciamento do sexo, conduzido principalmente pela igreja católica, que as relações sexuais passaram a ser categorizadas e classificadas como aceitáveis ou não aceitáveis e o controle do sexo passou a ser feito com o objetivo de controlar toda a sociedade.

A supervisão da sexualidade aumentou no século XII, quando os concílios de Latrão declararam guerra ao concubinato e declararam que o matrimônio não podia ser dissolvido em nenhuma hipótese. A Igreja acentuou ataques contra relações homossexuais e o sexo sem objetivo de procriação e pela primeira vez condenou a homossexualidade.

Com a adoção desta legislação repressiva, a sexualidade foi completamente politizada. Todavia, não vemos ainda a obsessão mórbida com que a Igreja Católica abordaria depois as questões sexuais. Porém, já no século XII, podemos ver a Igreja não somente espiando os dormitórios de seu rebanho, como também fazendo a sexualidade uma questão de Estado. As escolhas sexuais não ortodoxas dos hereges também devem ser vistas, portanto, como uma postura antiautoritária, uma tentativa de arrancar seus corpos das garras do clero. (FEDERICI, 2017, p.82).

Outro aspecto relevante sobre o controle do sexo sob a vigilância do catolicismo é o fato de que a prática sexual precisa ser confessada porque é considerada violadora das leis divinas, ou seja, o sexo é algo impuro e quando se trata de sexualidades que estão fora do enquadramento binário ele se torna totalmente inaceitável. É a partir disso e de outras normalizações que a sociedade pauta a divisão das coisas, separando o feminino do masculino e enquadrando toda e qualquer ação humana em uma dessas categorias, além de expor quais características são aceitáveis em cada um. Por exemplo, o masculino tende a ser forte, viril e dominador, portanto, a ordem das coisas elege o masculino como o dominante.

Após o século XVIII, o sexo passou a ser regulado pelo discurso e não pelo rigor do silenciamento. Por meio dele, se exerceu o controle de diversos fatos sociais, como a natalidade, a morbidade, a fecundidade, o estado de saúde, a incidência de doenças, dentre outros. O corpo passou a ser vigiado, controlado e condenado a se adequar a certos hábitos, sensações e gestos. (DIAS, ANO, p.225)

Assim, através dessas regulações é que visão androcêntrica se naturaliza e se infiltra nos discursos e opiniões e não é questionada justamente por parecer sempre ter existido dessa forma, e todas as construções sociais, dentre elas a educação e os espaços de ensino-aprendizagem, são assim desenvolvidos com base nesta naturalização.

Da mesma forma como ocorre a diferenciação entre homem/masculino e mulher/feminino também é feita a diferenciação entre homo e hetero, neste caso ordenou-se um regime de sexualidade onde somente o que é hétero é aceito. É neste cenário que surgem os casos de homofobia e toda a violência às pessoas que não se enquadram no que foi conceituado como heteronormatividade. Melhor dizendo, são normas sociais que exigem que a vida das pessoas se enquadre em padrões que segregam através da sexualidade e que afrontam fortemente a dignidade da pessoa humana : “A expressão da sexualidade e do gênero diz respeito à busca pela felicidade e à realização da dignidade de cada indivíduo” (DIAS, 2022, p.235)

Para Butler (2003), corpo, sexo e gênero não estão fundamentados em uma realidade física ou em características biológicas, pois todo corpo, todo sexo e todo gênero é produzido por meio de um ato performativo, seja qual for sua identidade sexual ou de gênero. Portanto, gênero é compreendido, nesta pesquisa, como norma, como “[...] o mecanismo através do qual se produzem e se naturalizam as noções de masculino e de feminino” (BUTLER, 2006, p. 70).

O binarismo está infiltrado em todas as construções sociais e conseqüentemente faz parte da pedagogia praticada nas escolas, pois a instituição escolar separa os sujeitos, distingue meninos de meninas, classifica, ordena e hierarquiza: “A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos de protestantes. Ela também se fez diferente para ricos e pobres e ela imediatamente separou os meninos das meninas” (LOPES, 2010, p.57).

A escola pública, gratuita e obrigatória do século XX é herdeira da do século anterior, encarregada de missões históricas de grande importância: criar um único povo, uma única nação, anulando as diferenças entre os cidadãos, considerados como iguais diante da lei. A tendência principal foi equiparar igualdade à homogeneidade. Se os cidadãos são iguais diante da lei, a escola deveria contribuir para gerar estes cidadãos, homogeneizando as crianças, independentemente de suas diferentes origens. Encarregada de homogeneizar, de igualar, esta escola mal podia apreciar as diferenças. (LERNER, 2007)

Assim, a pedagogia binarista, utilizada tradicionalmente nas escolas, naturaliza diferenças que dizem respeito ao corpo, ao gênero e à sexualidade. Em contrapartida, é no espaço escolar que se encontram todos os tipos de sujeitos: corpos trans, híbridos, plurais e identidades de gênero, que não se enquadram nessa conceituação binária, e portanto, sofrem buscando algum tipo de aceitação. “Na escola encontram-se múltiplas possibilidades de corpos trans, híbridos, plurais e identidades de gênero não compartimentadas nas caixas pré-estabelecidas para o que é tradicionalmente construído como corpo masculino e feminino” (DIAS; DOMBKOWITSCH, 2015, p. 298).

É fundamental que afirmemos em todas as esferas sociais as diferenças, sejam elas étnicas, de gênero, de orientação sexual, religiosas, dentre tantas outras. Os problemas vinculados às diferenças humanas são múltiplos e podem ser mais facilmente visualizados através dos movimentos sociais que denunciam injustiças, desigualdades e discriminações, reivindicando igualdade de acesso a bens e serviços e reconhecimento político e cultural. (CANDAUI, 2012).

Deste modo, dentre as diferenças que mais fomentam a exclusão no espaço escolar, estão justamente àquelas que envolvem a generificação dos corpos, onde os gêneros que não estão em consonância com a sua descrição biológica tendem a ser severamente excluídos. Neste ponto Guacira Lopes Louro afirma que a escola é um espaço onde se fortalece a correlação mútua aceita socialmente entre gênero, sexo e sexualidade:

No que tange à generificação dos corpos, a escola e outros espaços sociais se fundamentam no argumento de que homens e mulheres são biologicamente diferentes e que a relação entre ambos decorre dessa distinção, que é complementar e na qual cada um deve desempenhar um papel determinado secularmente, acaba por ter o caráter de argumento final, irrecorrível. Seja no âmbito do senso comum, seja revestido por uma linguagem “científica”, a distinção biológica, ou melhor, a distinção sexual, serve para compreender - e justificar- a desigualdade social e as diferentes formas de tratamento e condução dentro do ambiente escolar. (LOURO, 2010).

Historicamente a escola utiliza diversos instrumentos para classificar, hierarquizar e dividir produzindo diferenças, distinções e desigualdades: “A escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui.” (LOURO, 2010, p.58).



Neste aspecto, a sexualidade também é utilizada na escola para separar e moldar os sujeitos. Para Michel Foucault, desde antes de seu nascimento e, principalmente após ele, as crianças são inseridas em uma realidade sexualizada e generificada, tendo em vista que a sociedade se organiza em torno da sexualidade. Essas normas sociais não são absolutas. (FOUCAULT, 2017). Cada indivíduo irá crescer e, mesmo que imerso nessa realidade, se relacionam com a sociedade de maneira única, percebendo a si e ao seu local no mundo, formando e definindo o que é chamado de identidade de gênero. (DIAS, 2021).

Assim, a escola tem desenvolvido um importante papel na exclusão daquelas que não se enquadram no estereótipo heterossexual padronizado socialmente, ou seja, o feminino será sempre representado por um corpo de mulher e o masculino por um corpo de homem e, as meninas devem agir de forma mais delicada, serem mais racionais e afetuosas, enquanto os meninos precisam agir de forma mais enérgica, impulsiva e rude, ou não estarão de acordo com o que é esperado socialmente.

É imperativo, então, contrapor-se a esse tipo de argumentação. É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos. O debate vai se constituir, então, através de uma nova linguagem, na qual gênero será um conceito fundamental (LOURO, 2010)

Assim, para que a escola se constitua como um espaço democrático e plural é fundamental que o currículo e as abordagens pedagógicas estejam alinhadas com a multiplicidade de sujeitos que transitam neste espaço, bem como estejam também certos de que as diferenças, sejam elas quais forem, são inerentes à natureza humana e que não podem ser reputadas como algo que deve ficar do lado de fora dos muros da escola.

### **3 TEORIA QUEER COMO UMA PEDAGOGIA POSSÍVEL**

O termo Queer pode ser traduzido por estranho, excêntrico, raro, extraordinário. Mas, de acordo com Guacira Lopes Louro este termo também pode ser utilizado para se referir de forma depreciativa aos homens ou mulheres homossexuais. (LOURO, 2001):

Um insulto que tem, para usar o argumento de Judith Butler, a força de uma invocação sempre repetida, um insulto que ecoa e reitera os gritos de muitos grupos homófobos, ao longo do tempo, e que, por isso, adquire força, conferindo um lugar discriminado e abjeto àqueles a quem é dirigido. Este termo, com toda sua carga de estranheza e de deboche, é assumido por uma vertente dos movimentos homossexuais precisamente para caracterizar sua perspectiva de oposição e de contestação. Para esse grupo, queer significa colocar-se contra a normalização – venha ela de onde vier. Seu alvo mais imediato de oposição é, certamente, a heteronormatividade compulsória da sociedade; mas não escaparia de sua crítica a normalização e a estabilidade propostas pela política de identidade do movimento homossexual dominante. Queer representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora. (LOURO, 2001, p. 546).

Os estudos queer surgiram na década de 1980, sob a influência dos estudos culturais (MISKOLCI, 2009), do pós-estruturalismo francês, da teoria feminista, dos estudos gays e lésbicos. A expressão queer theory foi empregada pela primeira vez por Teresa de Lauretis, em uma conferência nos Estados Unidos, para demarcar uma nova proposta teórica, diferente dos estudos gays e lésbicos existentes, que operavam com concepções de identidades sexuais fixas (MISKOLCI, 2009). De modo diverso do que ocorreu nos Estados Unidos, onde esses questionamentos surgiram em meio aos movimentos sociais, no Brasil, eles se desenvolveram, inicialmente, no meio acadêmico (MISKOLCI, 2011). Para Miskolci “[...] o marco de nossa recepção queer pode ser estabelecido em 2001, quando Guacira Lopes Louro publicou, na Revista Estudos Feministas, o artigo “Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação.” (MISKOLCI, 2011, p.58)

É com o intuito de se opor às normalizações socialmente construídas com base na heteronormatividade que a Teoria Queer se desenvolve, se fortalece e se espalha por diversos grupos sociais. “O queer busca tornar visíveis as injustiças e violências implicadas na disseminação e na demanda no cumprimento das normas e conversões culturais, violências e injustiças envolvidas tanto na criação dos “normais” quanto dos “anormais” (MISKOLCI, 2012, p. 26):

Teóricos queer encontraram nas obras de Michel Foucault e



Jacques Derrida conceitos e métodos, especialmente em seus livros *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber* (1976) e *Gramatologia* (1967).<sup>4</sup> O ponto de partida foi a afirmação foucaultiana de que a sexualidade é um dispositivo histórico do poder que se desenvolveu nas sociedades ocidentais modernas desde fins do século XVIII e se baseou na inserção do sexo em sistemas de utilidade e regulação social. A sexualidade, como dispositivo, opera por meio de um conjunto heterogêneo de discursos e práticas sociais, daí sua compreensão exigir procedimentos que articulem elementos tão diversos de regulação da vida social quanto discursos, instituições, formas arquitetônicas, enunciados científicos, proposições morais e filosóficas. (MISKOLCI, 2007, p.2-3).

Neste sentido, a heteronormatividade se apresenta como um dos alvos da teoria queer, pois descreve a norma e normaliza condutas com base exclusivamente na heterossexualidade e expõe os discursos que descrevem a situação homossexual como divergentes.

A teoria queer se propõe a estudar este entrelaçamento das sexualidades, estabelecendo novos modos de estar no mundo. Segundo os teóricos, fundamentados nos discursos de Foucault, a sexualidade é um produto cultural que não pode ser entendido como uma simples extensão de um processo biológico. Assim como a homossexualidade é uma categoria cultural específica, também a heterossexualidade deve ter uma história a ser analisada. (COLLING, 2022).

A heteronormatividade aloca a heterossexualidade como fundamento natural da sociedade e parte do princípio de que somente as condutas fundamentadas na heterossexualidade podem ser aceitas. Deste modo, ordena expectativas, demandas e obrigações sociais fundamentadas neste entendimento:

Por heteronormatividade entendemos aquelas instituições, estruturas de compreensão e orientações práticas que não apenas fazem com que a heterossexualidade pareça coerente – ou seja, organizada como sexualidade – mas também que seja privilegiada. Sua coerência é sempre provisional e seu privilégio pode adotar várias formas (que às vezes são contraditórias): passa despercebida como linguagem básica sobre aspectos sociais e pessoais; é percebida como um estado natural; também se projeta como um objetivo ideal ou moral.” (BERLANT e WARNER, 2002, p.230).

Diante da compreensão do significado de heteronormatividade e como ela opera nos diversos espaços sociais, inclusive e principalmente no espaço educativo, é preciso então refletir

sobre como a teoria queer pode se transmutar em uma pedagogia queer e como é possível que as reflexões sobre a heteronormatividade possam estar inseridas também no cotidiano escolar.

Como um movimento que se remete ao estranho e ao excêntrico pode articular-se com a Educação, tradicionalmente o espaço da normalização e do ajustamento? Como uma teoria não-propositiva pode “falar” a um campo que vive de projetos e de programas, de intenções, objetivos e planos de ação? Qual o espaço nesse campo usualmente voltado ao disciplinamento e à regra, para a transgressão e para a contestação? Como romper com binarismos e pensar a sexualidade, os gêneros e os corpos de uma forma plural, múltipla e cambiante? Como traduzir a teoria queer para a prática pedagógica? (LOURO, 2004, p. 47).

A pedagogia queer busca desconstruir justamente o processo pelo qual alguns sujeitos estão de acordo com as normas e outros não. Busca romper com a base biológica e heteronormativa através do desenvolvimento da capacidade de reflexão. Assim, esta pedagogia nasce a partir das reflexões de teóricos da área da educação que buscaram em conceitos desenvolvidos pela teoria queer pensar em outras abordagens pedagógicas que não sejam normativas.

É importante ainda frisar que tanto os estudos que fundamentam a teoria queer como a pedagogia queer que está sendo construída não se limitam apenas a desconstruir questões heteronormativas, uma vez que buscam uma reflexão ainda mais ampla que envolvem as múltiplas características que os sujeitos podem ter:

A abordagem da pedagogia queer é influenciada pelo surgimento e disseminação dos estudos queer. Os estudos queer nos permitem e nos ajudam a refletir acerca da “ambiguidade, a multiplicidade e a fluidez das identidades sexuais e de gênero, mas além disso, também sugere novas formas de pensar a cultura, o conhecimento, o poder e a educação” (LOURO, 2015, p. 48-49).

É possível então compreender a pedagogia queer como uma abordagem pedagógica abrangente voltada para a inclusão irrestrita onde as diferenças dos sujeitos são naturalmente inseridas no contexto educacional, tendo em vista que a assimetria entre as pessoas é intrínseca à natureza humana. Ademais, esta pedagogia estaria direcionada para todos e não somente para grupos que se identificam com questões de sexualidade e gênero. Em outros

termos, uma pedagogia e um currículo queer estariam voltados para o processo de produção das diferenças e alinhados com a instabilidade e a precariedade de todas as identidades. A diferença não está alheia ao sujeito e deve ser entendida como indispensável para a existência humana. (LOURO, 2001).

A metodologia de ensino queer pretende resgatar a história e a compreensão de como os processos históricos alocam determinados grupos em situações de exclusão, ou seja, está baseada na reflexão do porquê e do como algumas características humanas foram categorizadas como “fora do padrão”, além de obviamente buscar ponderar sobre como o “padrão” foi construído e quais agentes históricos estão envolvidos neste processo:

Por que uma pedagogia queer? Para introduzir na pedagogia e na educação a dúvida e a incerteza em relação à norma disciplinar quanto aos saberes e aos corpos. Isto é, para dilacerar os limites do pensamento e pensar o impensável. Por que na escola? Porque na escola, em nome da racionalidade e da ciência, se produziu uma história de normalização, exclusão e violência em torno dos saberes, dos corpos e dos sujeitos (CÉSAR, 2012, p. 352).

Através da pedagogia queer as instituições de ensino poderão impulsionar o seu papel como formadoras de capacidade reflexiva e até mesmo contestadora por crianças, jovens e adultos, frente ao que é posto como universal, normal e padrão. (DIAS, 2022).

Depreende-se do exposto que a pedagogia queer está embasada numa reflexão crítica, ampla e profunda de muitos aspectos da natureza humana, e é a partir desta reflexão que também se fundamenta a cidadania, uma vez que estimula o aprimoramento dos sujeitos como humanos e fomenta a participação dos mesmos nas decisões políticas, além de também estimular a vigilância ao cumprimento dos seus direitos.

Nas palavras de Paulo Freire “cidadão significa indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado e que cidadania tem que ver com a condição de cidadão, quer dizer, com o uso dos direitos e o direito de ter deveres de cidadão” (FREIRE, 2000, p.45).

Deste modo, a educação é uma das ferramentas para a construção da cidadania e Paulo Freire tinha consciência de que “a educação não é a chave para a transformação, mas é indispensável. A educação sozinha não faz, mas sem ela também não é feita a cidadania” (FREIRE, 2005, p.74). Tem consciência o educador, do papel preponderante que possui a

educação no processo de transformação das condições sociais dos homens e mulheres e essa crença não se baseia num certo idealismo, que não leva em conta os contextos históricos e as condições sócio-culturais em que se insere o existir dos sujeitos. Ela é se alicerça numa prática pedagógica imbuída de esperança e de crença do papel transformador da sociedade, na sua capacidade encantadora de desvelar o mundo e a si mesmo, onde se tornam sujeitos da denúncia do mundo, para sua transformação (FREIRE, 2005).

Portanto, a pedagogia queer em consonância com esta educação transformadora está fundamentada na reflexão crítica através da abordagem que ensina a refletir e ponderar sobre todo o tipo de informação estimulando a compreensão histórica de fatos e a construção da cidadania através da capacidade de reconhecer, reivindicar direitos e está fundamentada na diferença entre as pessoas.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Percebe-se que sendo a escola um espaço onde todos os tipos de sujeitos se encontram é fundamental que este ambiente seja o protagonista na desconstrução do binarismo e de toda a cultura baseada na heterossexualidade, uma vez que esta visão segregadora não reflete a multiplicidade humana e forma um espaço escolar excludente.

Deste modo, a pedagogia queer pode ser uma estratégia possível para a estruturação de uma educação protagonista no desmonte dos discursos normalizadores dos corpos, dos gêneros, da sexualidade, da identidade, das relações sociais, dos processos de ensino-aprendizagem e do pensamento, contribuindo com a criticidade necessária na construção de uma sociedade mais justa, democrática, cidadã e plural.

#### **REFERÊNCIAS**

BERLANT, Laurent e WARNER, **Michael. Sexo em Público.** In: Jiménez, Rafael M. M. (editor) Sexualidades Transgressoras. Barcelona, Içaria, 2002.

BLOIS, Marle Montezi. **Reencontros com Paulo Freire e seus amigos.** Rio de Janeiro: UFF/IPF, 2005.

BUTLER, Judith. "**Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do 'sexo'**". In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

**CAMPANHA PRÓ-IMPrensa DO CENTRO CULTURAL GONÇALVES DIAS.** Caderno Literário nº 2. 1947. BPBL: Acervo Digital da Biblioteca Pública Benedito Leite. Disponível em <<http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital/>> Acesso em: 15 mar. 2023.

CÉSAR, M. R. A. **A diferença no currículo ou intervenções para uma pedagogia queer.** Educação Temática Digital, Campinas, v. 14, n. 1, p. 351-362, jan./jun. 2012.

DERRIDA, Jacques. **Margens da filosofia.** Porto: Rés-Editora.

EPSTEIN, Debbie; JOHNSON, Richard. **Schooling Sexualities.** Buckingham: Open University Press, 1998.

FREIRE, Paulo . **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2004.

\_\_\_\_\_. Paulo. **A educação na cidade.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LOURO, G. L. **Um Corpo Estranho: Ensaio Sobre Sexualidade e Teoria Queer.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MISKOLCI, Richard. **Pânicos Morais e Controle Social:** reflexões sobre o casamento gay IN: cadernos pagu. Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, 2007. v.28. p.101-128.



**Vol. 22, nº 2, (2023). Pág. 169 - 182**

TIERNEY, William; DILLEY, Patrick. "**Constructing Knowledge: Educational Research and Gay and Lesbian Studies**". In: PINAR, William (Org.). *Queer Theory in Education* New Jersey e Londres: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 1998.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade** 3. ed. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Record, 2000.